



Casa dos Conselhos e Comissões Conselho de  
Alimentação Escolar "Augusto Ângelo Zanatta" CAE  
Petrópolis/RJ

Avenida Koeler, 260 – Centro caepetropolis@gmail.com  
CEP: 25685-060 – Petrópolis – RJ  
TELEFONE: (24) 2246-9077 – 2249-4300  
E-MAIL: [casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br](mailto:casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br)



## ATA CAE DEZEMBRO/2024 – DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PETRÓPOLIS/RJ

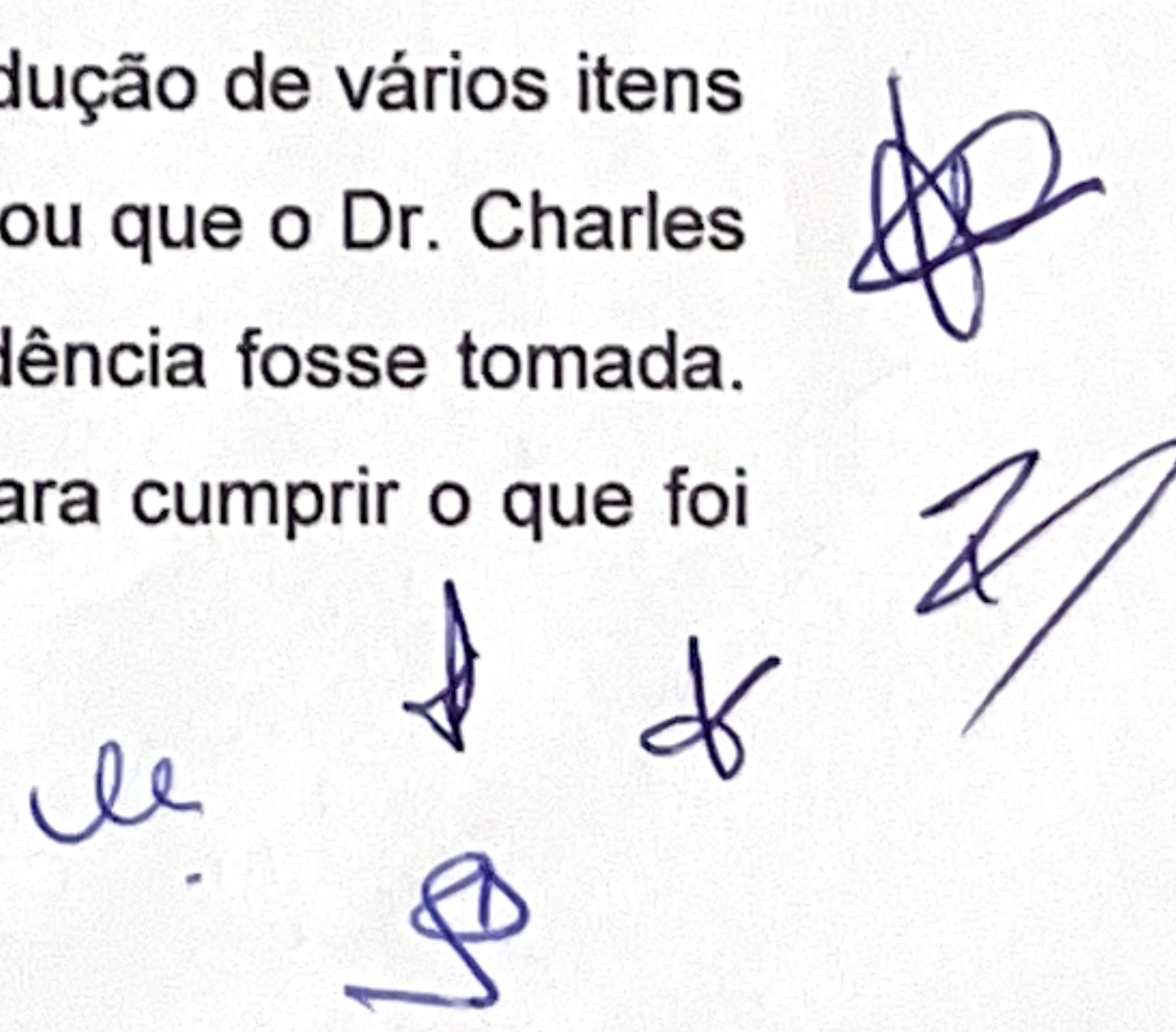
Ata da Reunião Ordinária do Conselho de  
Alimentação Escolar, realizada no dia 10 de  
dezembro de 2024 às 10h pelo aplicativo ZOOM.

1 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 10 horas, reuniu-se o  
2 Conselho de Alimentação Escolar-CAE em reunião no formato remoto. Participaram da  
3 reunião os senhores conselheiros: das Entidades de Trabalhadores da Educação e Discentes:  
4 Claudete Neves Bernardo e Dominique Valéria de Resende; dos Representantes de pais de  
5 alunos: Daniel Monteiro Salomão; da Nutricionista Responsável Técnico: Joana da Silva  
6 Costa; da Sociedade Civil: Gabriel Abrão de Mendonça Gomes; da Gerente de Alimentação  
7 Escolar: Eloisa Adriana de Souza; da Secretária Executiva do Conselho: Márcia da Rocha  
8 Biasuz Santos; da Secretária de Educação: Adriana Regina de Paula; do Sr. José Augusto,  
9 assessor do vereador Hingo Hammes, da nutricionista Rosaline Moreira da Silva; do Sr. José  
10 Maurício Soares da Silva, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A Presidente  
11 saudou os presentes e iniciou a reunião. Márcia Biasuz informou a pauta do dia: verificação  
12 do quórum; aprovação da ata de novembro; devolutiva dos ofícios encaminhados; relatório  
13 anual do fechamento do cardápio até o final do ano; relatório das visitas; planejamento para  
14 o início do próximo exercício e assuntos gerais. A Presidente solicitou a inversão da pauta.  
15 Como alguns conselheiros não haviam lido a ata que foi enviada alguns dias anteriores a  
16 reunião, foi solicitado que a mesma fosse aprovada pelo grupo de WhatsApp. Logo após, foi  
17 iniciada uma discussão sobre as visitas realizadas pela Gerência de Alimentação Escolar às  
18 Associações inscritas na Chamada Pública. O conselheiro Daniel informou que no dia oito de  
19 novembro houve uma reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para discutir  
20 assuntos referentes à Chamada Pública desse ano. Destacou que foram identificadas  
21 algumas questões preocupantes, as quais a participação de membros da APHERJ na APRP.  
22 O Sr. Maurício falou sobre uma reunião com um grupo de agricultores rurais que ocorreu a  
23 cerca de cinco meses com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, informou que o

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

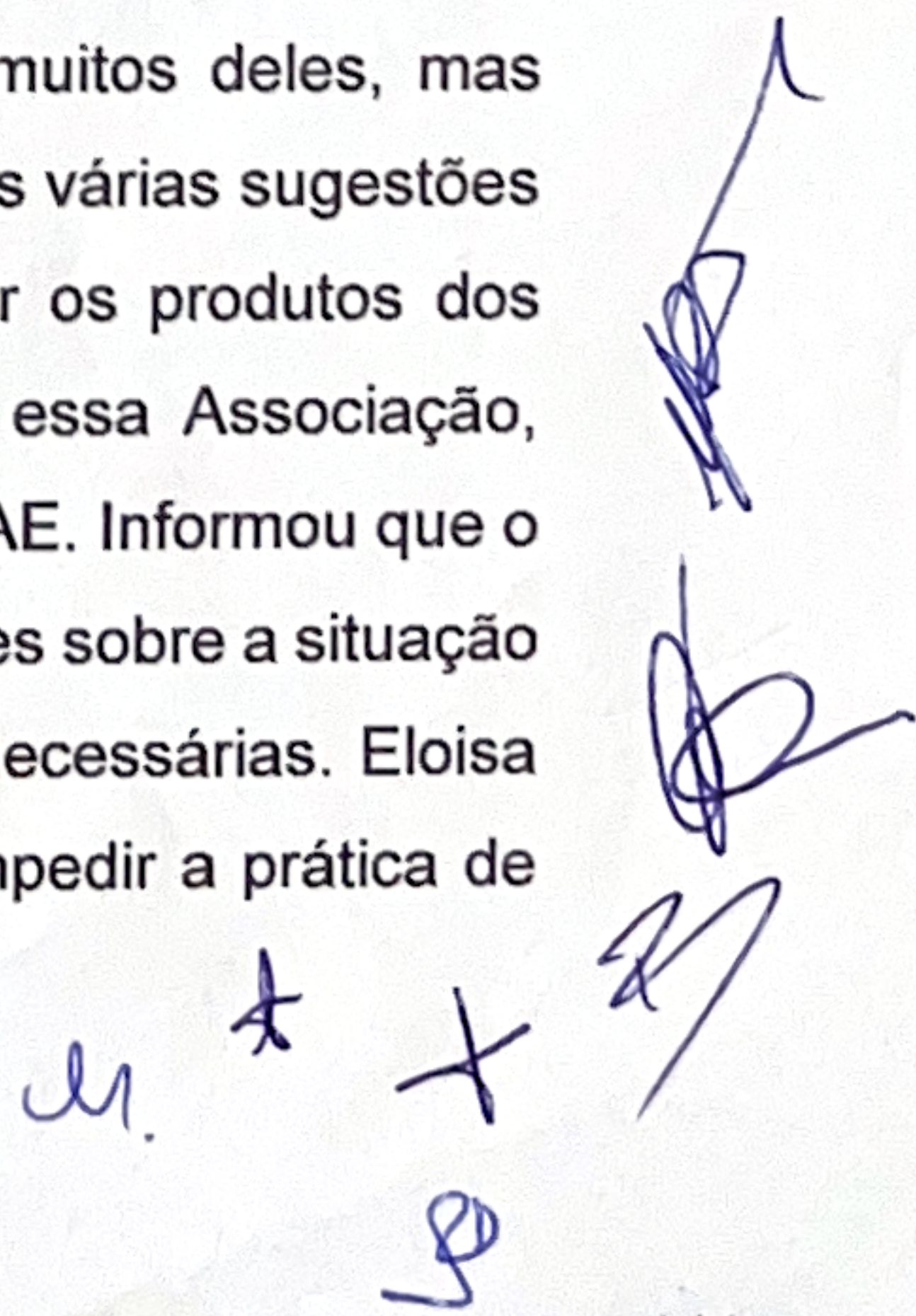


24 grupo está se organizando a fim de buscar regularização para participar da Chamada Pública  
25 de dois mil e vinte e cinco. Sobre o relatório das visitas, Eloisa informou que demorou um  
26 pouco para serem concluídas citando a dificuldade de acesso aos locais como um dos motivos  
27 da demora. Informou que o relatório, que também foi assinado pelos conselheiros Daniel e  
28 Claudete foram protocolados em duas vias no dia onze de novembro. Relatou que nas visitas  
29 foram encontradas situações que já haviam sido verificadas na época em que o Thiago  
30 Gasparini era o Gerente responsável pela merenda escolar. Destacou que a GAE, assim  
31 como a Comissão de Chamada Pública, estavam aguardando um direcionamento do  
32 Ministério Público para definir como seria conduzida a inabilitação da APRP. Sinalizou que,  
33 juntamente com a Comissão, verificou algumas irregularidades, citando como exemplo, a  
34 oferta de um quantitativo significativo de banana, contudo, em Petrópolis a produção da  
35 referida fruta é muito inferior ao ofertado pela APRP, fato esse que chamou a atenção da  
36 Comissão que realizou uma visita de fiscalização e constatou que não havia produção em  
37 Petrópolis capaz de atender a oferta informada pelos produtores. Diante da situação, a  
38 Chamada Pública precisou ser interrompida. Eloisa informou que esteve em visita numa  
39 região do Jacó, juntamente com membros da Comissão, onde foram identificadas diversas  
40 irregularidades, das quais uma produção de couve onde deveria ter abacate e tangerina  
41 ponkan. Destacou a necessidade da Comissão se organizar e conversar com o DELCA para  
42 pedir orientações e dar prosseguimento à Chamada Pública. O conselheiro Daniel destacou  
43 que a Comissão tem o conhecimento prático e o que foi verificado na visita deixou isso  
44 evidenciado, visto que não há como plantar, por exemplo, a tangerina para fornecer no ano  
45 seguinte. A Presidente fez um relato da reunião com o Promotor Dr. Charles a respeito da  
46 desclassificação da APRP, que informou que a Comissão tem elementos suficientes para  
47 desclassificar a referida Associação e que o CAE poderia fazer esse indicativo. Destacou a  
48 importância do Conselho em se posicionar sobre a inabilitação da referida Associação, pois  
49 novamente agiu de forma fraudulenta, informando ter capacidade para fornecer algo que não  
50 tem oferta na quantidade suficiente para atender à demanda. Eloisa informou que, em visita  
51 ao Jacó, em parte do Brejal, Caxambu e Bonfim, foi possível saber quem produz e quem não  
52 produz. Destacou que a produção de alguns produtos se dá de forma rápida, como é o caso  
53 da alface. Sinalizou que, neste momento, esses agricultores estão plantando para consumo  
54 próprio e para outro fim, e quando a Chamada Pública for finalizada, eles iniciarão a produção  
55 para atender a merenda escolar. Pontuou que sente falta de pessoas com conhecimento  
56 técnico para fazer a fiscalização, sinalizando que esteve por duas vezes em área de plantio  
57 no Caxambu e constatou que alguns agricultores que informaram a produção de vários itens  
58 não estavam no local e não havia nada plantado. O Sr. Mauricio destacou que o Dr. Charles  
59 disse que não era necessário esperar a justiça para que alguma providência fosse tomada.  
60 Falou na necessidade de averiguar também a Associação São José para cumprir o que foi



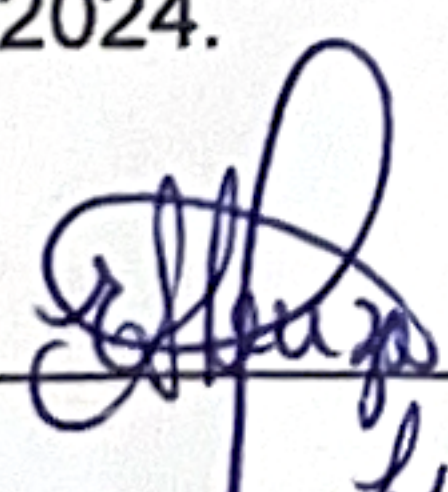
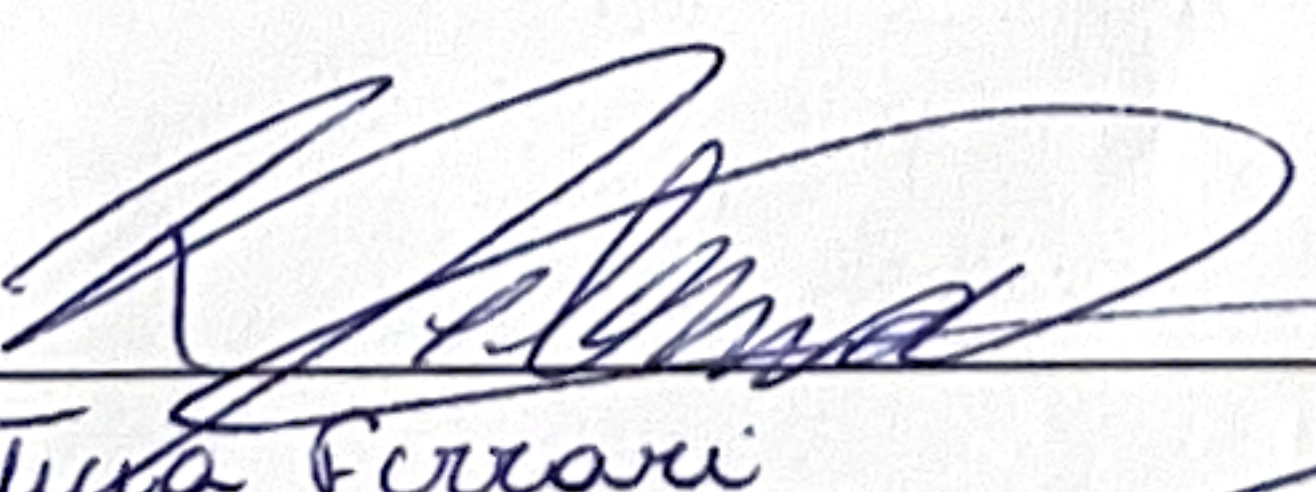
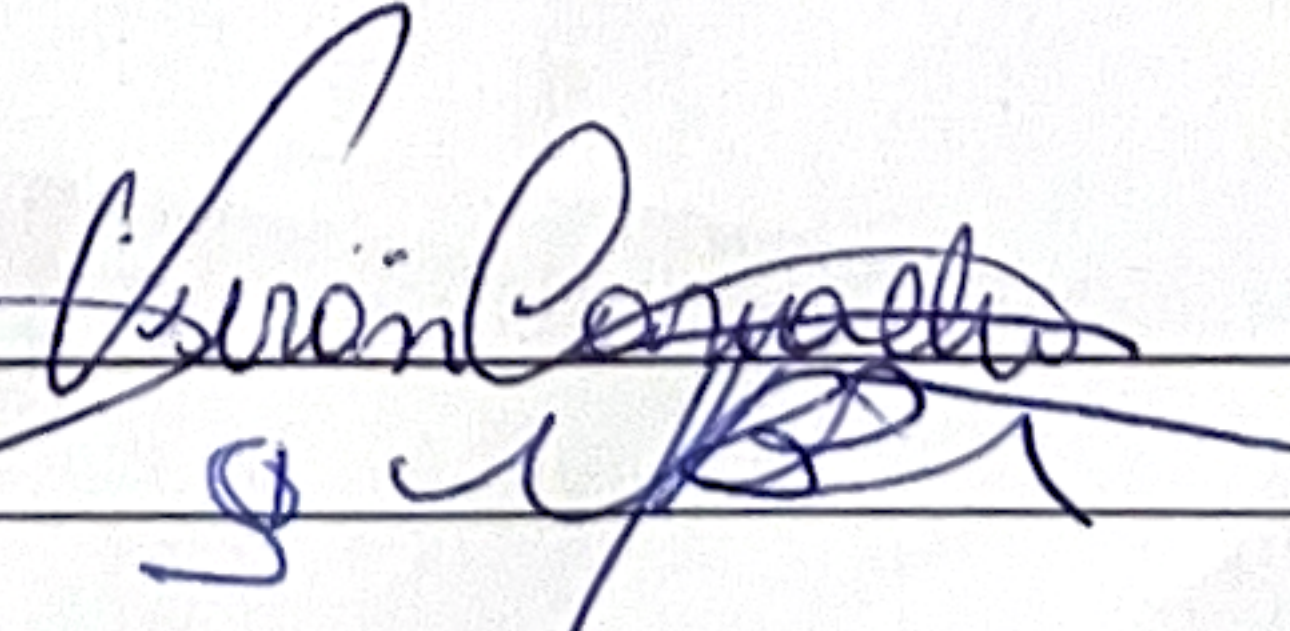


61 solicitado na primeira ata de abertura dos envelopes. Disse compreender ser importante que  
62 alguém da Procuradoria do Município participe da abertura do segundo envelope, juntamente  
63 com a Comissão, para haver um embasamento jurídico. A professora Adriana de Paula  
64 destacou o quão essa situação é delicada por apresentar mais de uma vertente que acabam  
65 se entrelaçando. Sinalizou que uma situação é o que já aconteceu e está sendo investigado  
66 e que será julgado, concomitante a isso, há uma Chamada Pública em andamento,  
67 destacando a possibilidade da Comissão averiguar *in loco* a real situação e desclassificar as  
68 Associações que não atenderem aos requisitos necessários. A Presidente pontuou que cabe  
69 a Comissão fazer a desclassificação, reiterando o posicionamento do CAE em relação a  
70 APRP que, mediante ao histórico de coisas que aconteceram e que vem acontecendo, que a  
71 mesma seja desclassificada. No que se refere a denúncia da APRP à outra Associação, que  
72 os dados sejam apurados e as medidas devidamente tomadas para definir se a Associação  
73 acima citada poderá ou não concorrer à Chamada Pública. Foi deliberado que será enviado  
74 um ofício à procuradoria do Município solicitando apoio jurídico à Comissão. O Sr. Maurício  
75 informou que vistoriou Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, e que por parte da  
76 Comissão, foi tudo cumprido. No que se refere a Chamada Pública, demonstrou preocupação  
77 em convocar as outras associações que estão participando dessa chamada para para refazer  
78 o processo porque corre-se o risco de ficarmos sem os itens. Sinalizou que ao  
79 desclassificarem a APRP haverá o risco de faltar folhagens e outros itens ofertados pela  
80 referida associação, o que prejudicaria o cardápio da merenda escolar e consequentemente  
81 os alunos. Eloisa sinalizou que a APRP é a maior associação de Petrópolis, e no momento  
82 em que for desabilitada, será necessário buscar outras formas para garantir o abastecimento  
83 para o próximo ano letivo. Reiterou a necessidade de aporte jurídico. Sinalizou a necessidade  
84 de dar oportunidade para outras associações que desistiram. Explanou sobre como se dá o  
85 processo de aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, no qual o mesmo é realizado a  
86 partir da capacidade e produção de Petrópolis, seguindo as informações do Departamento de  
87 Agricultura, abastecimento e produção. Rememorou que na Resolução número seis, de oito  
88 de maio de dois mil e vinte consta a necessidade da inserção do vegetal A, encontrado nas  
89 folhagens, na merenda escolar, pontuando que a legislação precisa ser cumprida. A  
90 Presidente destacou a importância dos produtores e da seriedade de muitos deles, mas  
91 delegou ao Governo as decisões cabíveis. Na reunião de abril foram dadas várias sugestões  
92 ao Governo de como acabar com a prática de intermediários e adquirir os produtos dos  
93 agricultores sérios. Ressaltou que não há como manter contrato com essa Associação,  
94 enfatizando que toda a situação é de conhecimento do Dr. Charles e do CAE. Informou que o  
95 CAE oficiará o Prefeito Rubens Bomtempo e o Prefeito eleito Hingo Hammes sobre a situação  
96 para que ambos tenham pleno conhecimento e tomem as providências necessárias. Eloisa  
97 sinalizou que a centralização da merenda escolar seria uma forma de impedir a prática de





intermediários, sendo possível efetuar as comprar diretamente dos agricultores. Destacou que o produtor individual não tem logística para atender as cento e noventa e duas Unidades Escolares e que, futuramente poderia-se pensar em montar uma estrutura de abastecimento direta, o que necessitaria de investimentos. Sobre o abastecimento para o início do ano letivo, Eloisa informou que as escolas estão recebendo os gêneros não perecíveis necessários para o mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Sinalizou que com a mudança de governo não se sabe como ficará o orçamento para o próximo exercício, mas que todos os processos estão em andamento e só dependerá do orçamento para fazer os empenhos. Informou que, em relação aos gêneros cárneos e hortifrútis, os mesmos precisam ser zerados, a fim de evitar transtornos gerados por questões climáticas no período das férias, sendo abastecidas apenas as escolas que estão solicitando. Informou que as Unidades Escolares foram orientadas a utilizar o mesmo cardápio da semana passada, dando saída dos itens para não haver perda de alimentos. A Presidente solicitou a GAE que elabore um planejamento para os dois primeiros meses do ano, definindo as ações necessárias para o abastecimento adequado dos gêneros perecíveis e não perecíveis nesses dois meses. Eloisa sinalizou que, no início de fevereiro, o depósito precisa estar abastecido para iniciar a entrega nas UES. A professora Adriana de Paula informou que com exceção da chamada pública todos os processos estão vigentes, estamos finalizando as entregas garantindo os não perecíveis para o início do ano letivo. Os perecíveis e não perecíveis para os meses a partir do mês de março dependerão da abertura do orçamento para dois mil e vinte e cinco para que sejam feitos os empenhos. Logo após, a Presidente solicitou o envio do relatório das visitas realizadas pela Gerência de Alimentação Escolar aos produtores rurais, ao Prefeito em exercício e ao Prefeito eleito e ofício ao Prefeito eleito solicitando uma reunião com o CAE. Por fim, ficou acordado que na próxima semana, com data ainda a confirmar, o Conselho se reunirá em reunião extraordinária para receber a devolutiva da Comissão e para realização da confraternização. A Presidente agradeceu à equipe da GAE pelo trabalho de excelência durante todo esse período. Eloisa também agradeceu aos conselheiros pela parceria estabelecida com o CAE, a Joana e a toda a equipe de nutricionistas e a equipe de trabalho da GAE. A Secretária de Educação também agradeceu a todos, teceu elogios ao GAE, ao CAE e à Secretária Executiva do Conselho. Daniel parabenizou a equipe da GAE e o CAE, agradecendo a parceria estabelecida durante esse período. Não havendo nada mais a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Márcia da Rocha Biasuz Santos, Secretária Executiva do Conselho, lavrei e assinei a presente ata, juntamente com os conselheiros presentes nesta reunião. Petrópolis, 10 de dezembro de 2024.

  
Eloisa  
  
Joana Costa  
  
Márcia da Rocha Biasuz Santos